



Perfil Socioeconômico do Município de Vicente Dutra/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

G511 Giotto, Enio et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Vicente Dutra/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Giotto,Enio. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Costa, Nilson Luiz. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

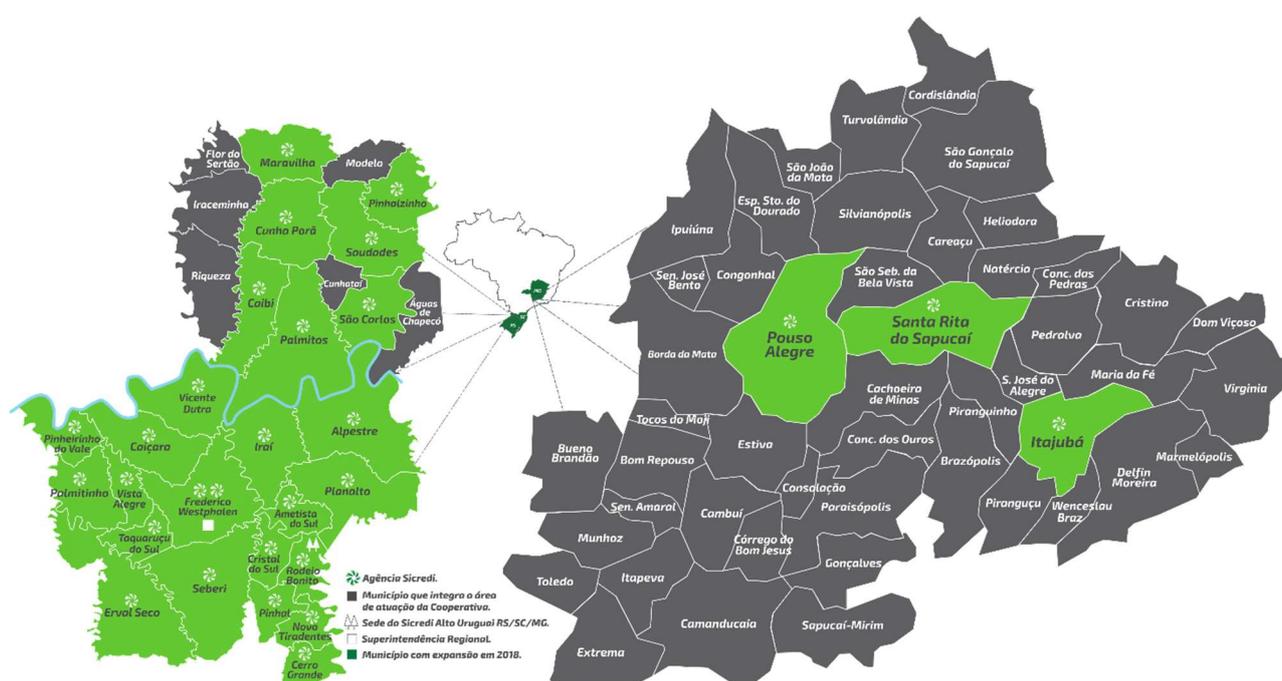
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Vicente Dutra.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	30
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Vicente Dutra/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Vicente Dutra/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distante 486 Km da capital do estado, Porto Alegre. Possui limites com os municípios de Caiçara, Frederico Westphalen e Iraí ao Sul, ao Norte com o rio Uruguai, e os municípios de Mondaí, Palmitos e Caibi, do estado de Santa Catarina.

Segundo a Lei nº 5.032 de 17 de setembro de 1965, e com instalação em 14 de maio de 1966, o município de Vicente Dutra instalado, desmembrando-se de Frederico Westphalen e Iraí, com 193 Km quadrados. Sendo conhecido popularmente pelo balneário de Águas do Prado.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 289 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°09'43" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°24'19" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu pela descoberta de águas termo minerais feitas por João do Padro em 1912. O político refugiou-se nas cercanias ao ser perseguido pelos inimigos na região de Palmeira das Missões –RS. O que lhe permitiu observar o local e divulgar sua descoberta. Isso despertou o interesse da população próxima e atraiu os primeiros moradores que deram início à colonização e povoação. Antes de receber o nome de Vicente Dutra, o povoado levava o nome de seu descobridor.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 4.670 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 5.285 habitantes (Tabela 1).

Conforme é possível observar, cerca de 56% da população de Vicente Dutra vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
Urbano	1.138	42%	1.213	47%	2.351	44%
Rural	1.563	58%	1.371	53%	2.934	56%
Total	2.701	100%	2.584	100%	5.285	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 24% tem até 14 anos, 23% de 15 a 29 anos, 38% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	679	25,15	586	22,68	1.265	24
15-29 anos	620	22,95	605	23,41	1.225	23
30-59 anos	1.017	37,65	978	37,85	1.995	38
60 ou mais	385	14,25	415	16,06	800	15
Totais	2.701	100	2.584	100	5.285	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Vicente Dutra

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

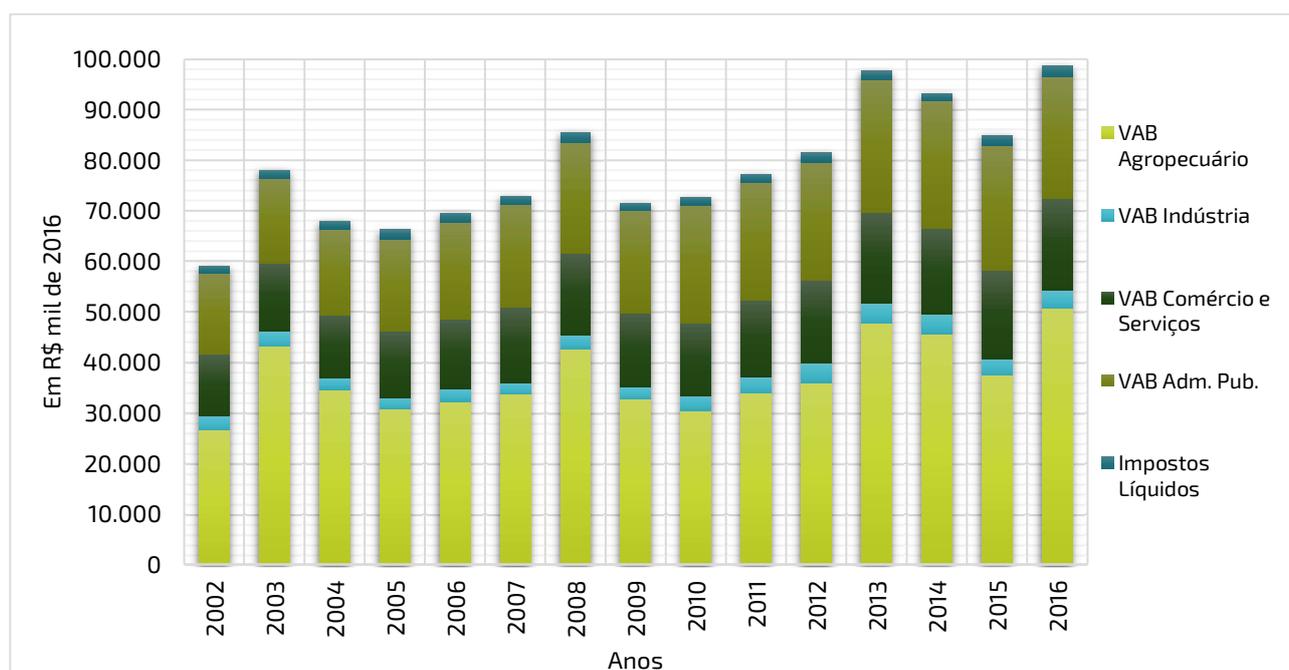
Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 59 para R\$ 98,7 milhões. Neste período, o setor agropecuário e o de serviços se foram os que mais contribuíram com a geração de riquezas.

Observou-se que o setor industrial, apesar de apresentar uma produção econômica menor em relação ao setor de comércio e serviços e ao setor agropecuário, impactou na economia do município e cresceu 23% no período analisado (Figura 2).

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

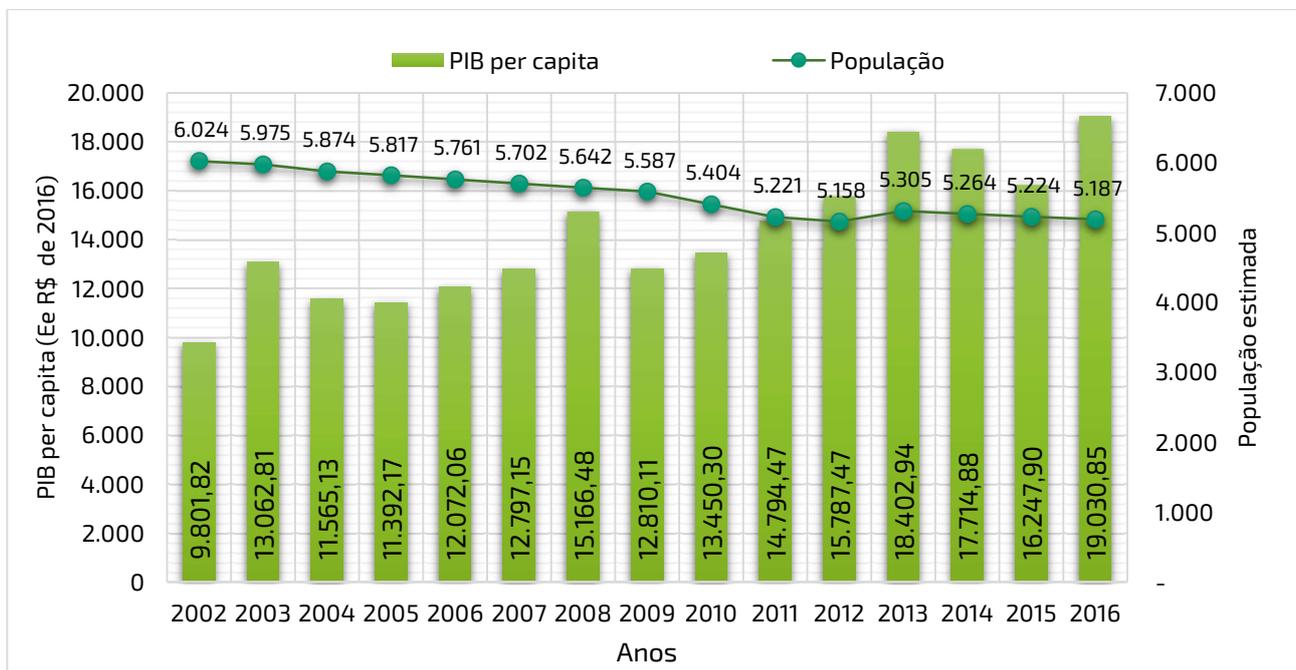
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

Em termos absolutos, observou-se que entre 2002 e 2016 a população de Vicente Dutra reduziu de 6.024 habitantes para 5.187, o que representa uma queda de 14%.

No período analisado (2002 até 2016), o PIB *per capita* real evoluiu de R\$ 9.801,82 para R\$ 19.030,85, conforme é possível observar na Figura 3. Pode-se perceber ainda que este indicador cresceu no período analisado, mas ainda está bem abaixo da média da região e do estado do RS.

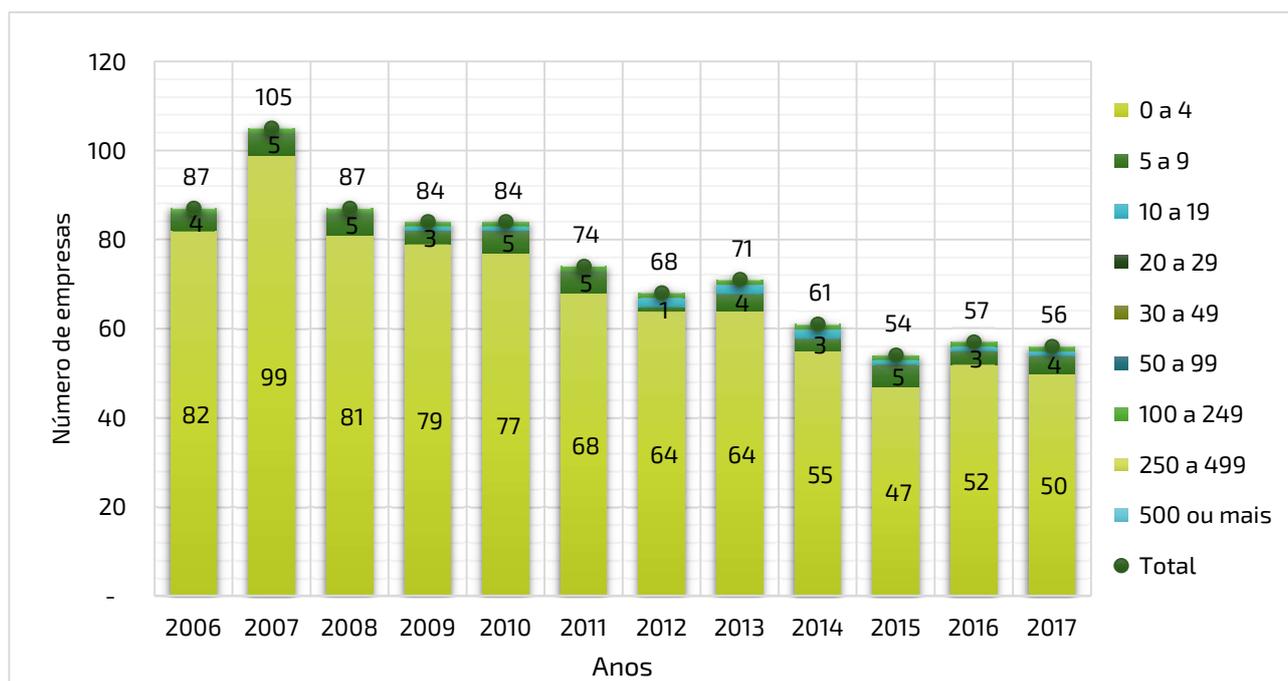
Figura 3. Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

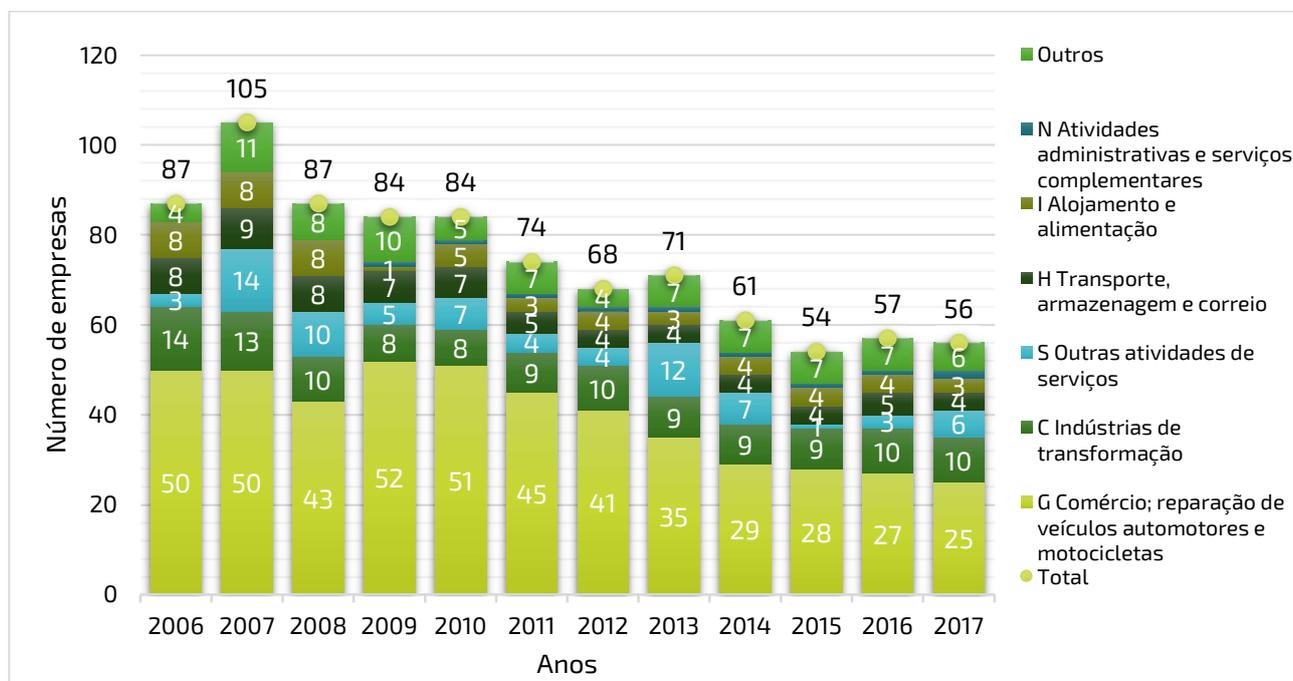
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 89% das empresas do município.

Em 2017, somente 6 empresas empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 4 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Figura 4. Composição das empresas, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 5 apresenta a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, agrega o maior número de empresas (25, equivalente a 45% do total), mas, principalmente, a partir 2011 é possível observar uma redução gradativa neste setor.

Da mesma forma, observou-se decréscimo no número de empresas no segmento de indústria de transformação (10, equivalente a 18% do total em 2017), assim como de transporte e armazenagem (representando 7% em 2017).

O grupo "S", que representa outras atividades de serviços, assim como as demais atividades econômicas do município, foi a que mais teve variação no decorrer dos anos, com períodos de crescimento, mas também de retração, fechando 2017 com um saldo positivo de 100%, levando em consideração o ano de 2006 até 2017, representando 11% do total de empresas.

Portanto, observa-se que principalmente comércio, indústria de transformação e serviços foram os principais responsáveis pela atividade econômica do município 2017, no que tange ao meio empresarial, representando 74% do total de empresas.

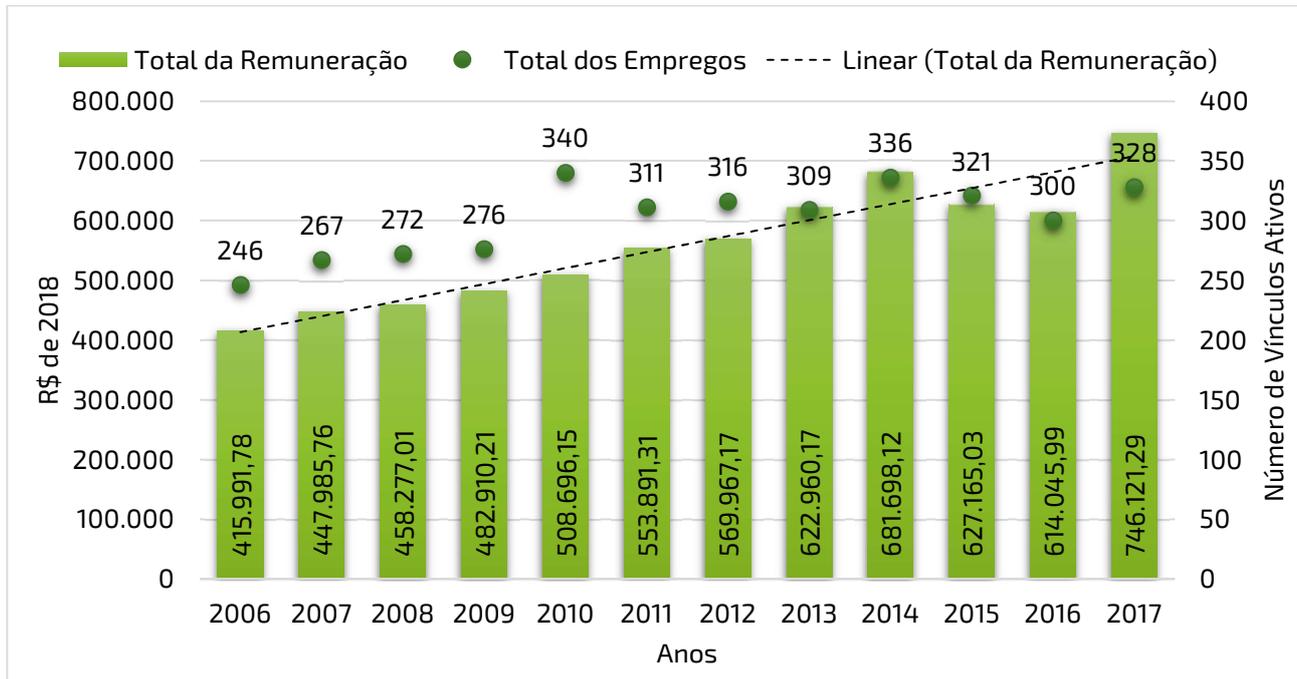
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 246 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 415.991,78 mil/mês em 2006 para 328 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 746.121,29 mil/mês em 2017, com uma leve queda nos anos de 2015 e 2016, retomando o crescimento nos anos posteriores.

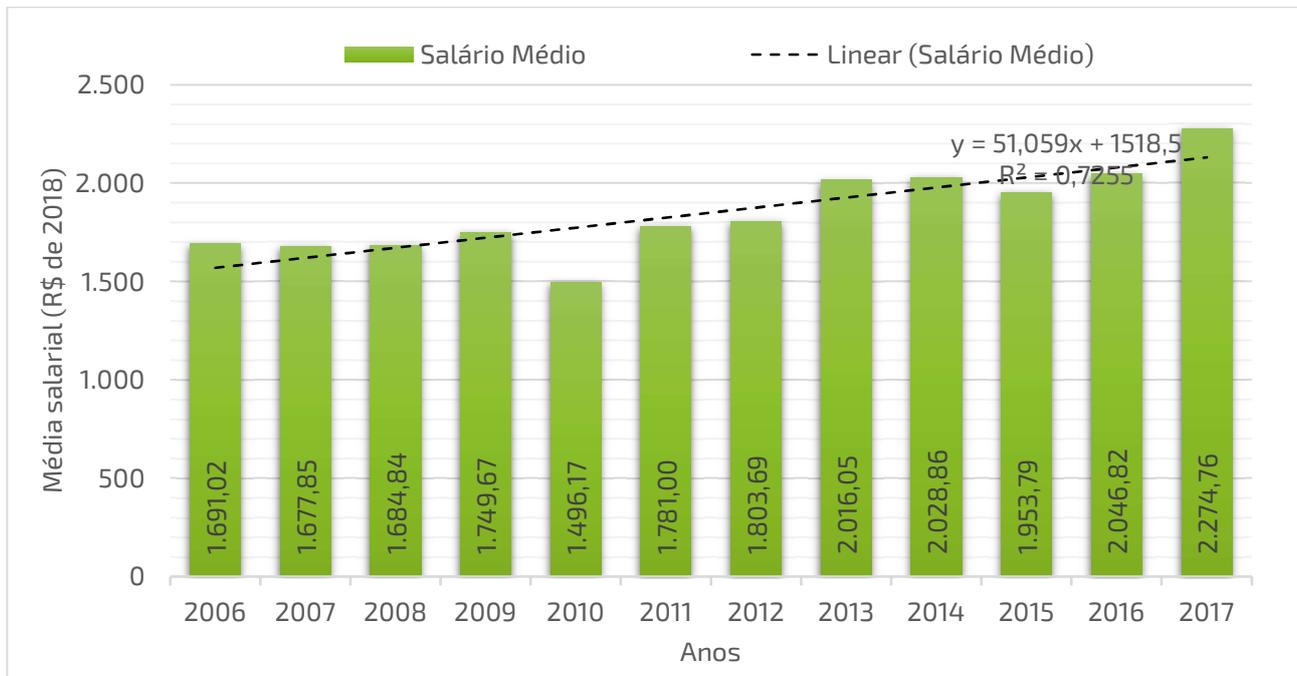
Figura 6. Número de Empregos Formais e Remuneração mensal (em R\$ 2028): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

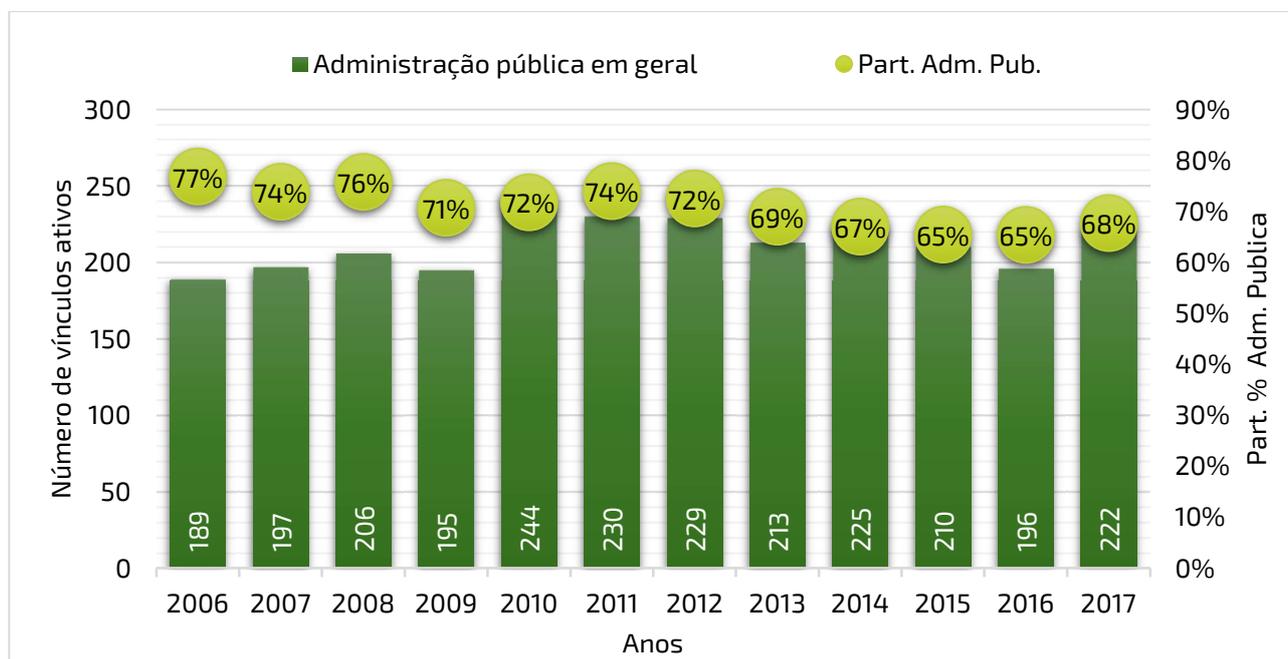


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Se observa um crescimento de R\$ 1.691,02 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.274,76 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município. A reta linear "Salário Médio" mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

Demonstra-se na Figura 8 a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município.

Figura 8. Número de Empregos da Administração Pública em Geral e Participação Percentual em relação ao total: 2006 a 2017



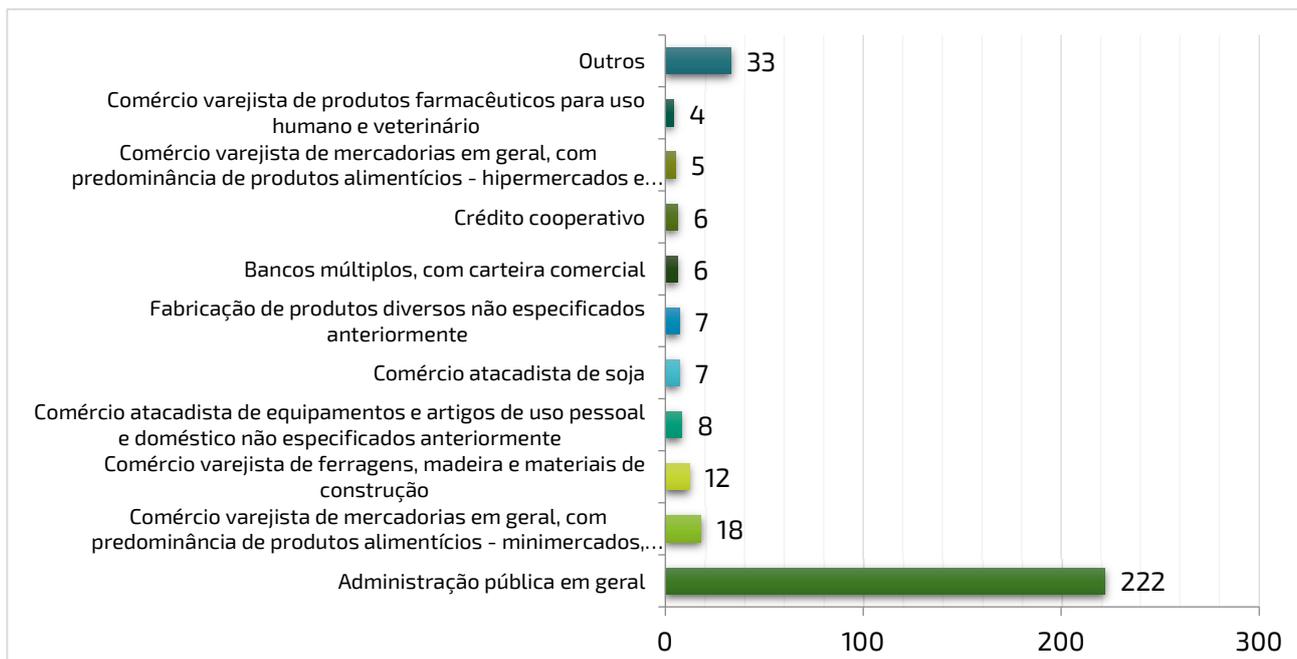
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se que não houve muitas variações dessa participação no município, girando em torno de 65% e 77% ao longo do período estudado. No entanto, a oferta de postos de trabalho no setor público aumentou, devido ao considerável crescimento na oferta total de postos de trabalho da administração pública no município, partindo de 189 empregos em 2006 para 222 em 2017, refletindo um aumento de 17% ao longo do período estudado, acompanhando o aumento da oferta de postos de trabalho pelo setor privado, que cresceu 86%, de 57 para 106 postos de trabalho.

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas

áreas de atividade econômica no município que cerca de 68% dos postos de trabalho estão vinculados a administração pública direta, seguido por outras atividades privada não especificadas (10%) e, pelo comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (18,5% dos empregos formais), que compreendem as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foram criados 56 novos postos de trabalho, sendo os principais, na administração pública em geral (16 postos), o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns com 9 empregos, 3 no comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção, 6 no comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente, 7 no comércio atacadista de soja, 7 no Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente, 3 no comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário, 2 no comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados, 1 no crédito cooperativo e, por fim, 2 em outras atividades não especificadas.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 78% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 50% da área. Observa-se ainda que 17,94% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 29,2% da área total dos estabelecimentos do município. Há de se observar também que cerca de 20% da área ocupada no município são representadas por 4% dos estabelecimentos que têm acima de 2 módulos fiscais.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 95% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 80% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	726	7.442,98	77,98	49,96
1-2	167	4.350,84	17,94	29,2
2-3	21	1.000,65	2,26	6,72
3-4	9	598,96	0,97	4,02
4-5	1	80,70	0,11	0,54
5-6	2	230,36	0,20	1,55
6-7	0	0,00	0	0
7-8	1	148,18	0,11	0,99
8-9	1	171,82	0,11	1,15
9-10	1	180,10	0,11	1,21
10-11	2	693,82	0,21	4,66
	931	14898,41	100,00	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

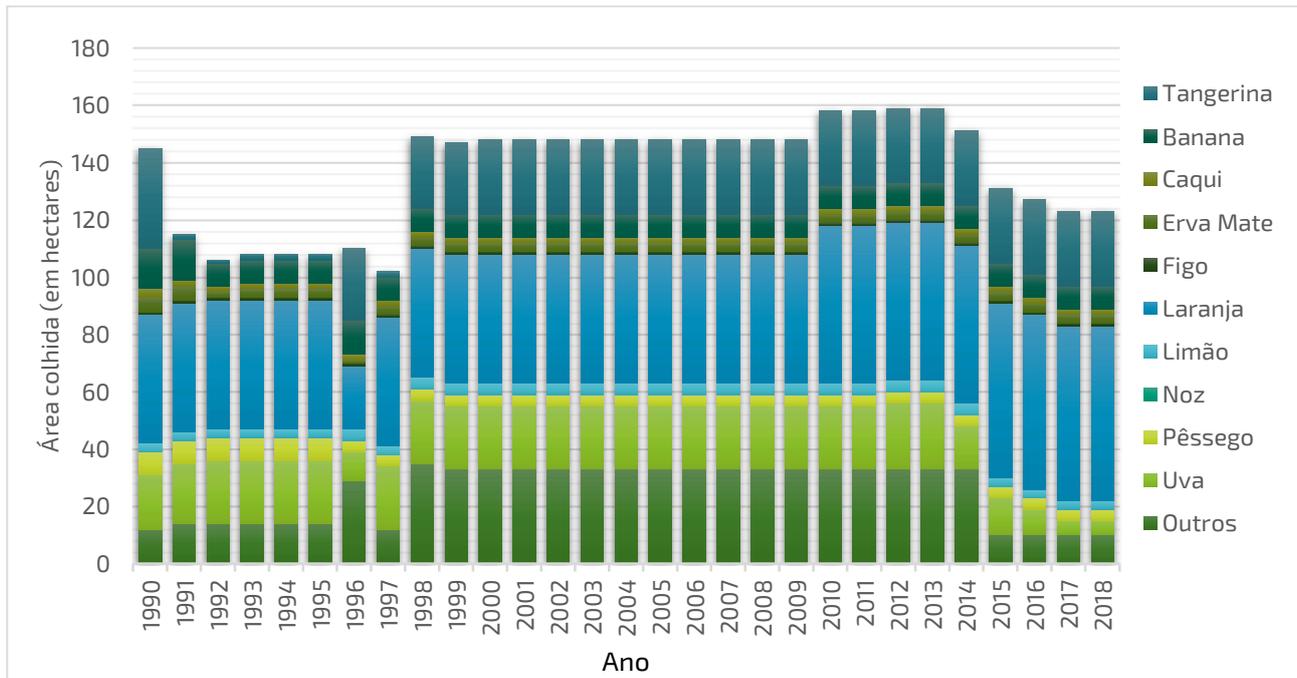
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 102 hectares para culturas perenes e 6980 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 145 para 123 hectares no período 1990 –

2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária alcançaram uma área plantada de 11.500 hectares.

A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes no município.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Nas lavouras perenes observa-se a relevância das culturas de citros, onde a predominância é da laranja, com área de 61 hectares em 2018 e evolução de 36% na área cultivada no período 1990 - 2018.

A segunda cultura perene, em área, é a tangerina, que ocupa cerca de 26 hectares e cresceu cerca de 26% entre 1990 e 2018.

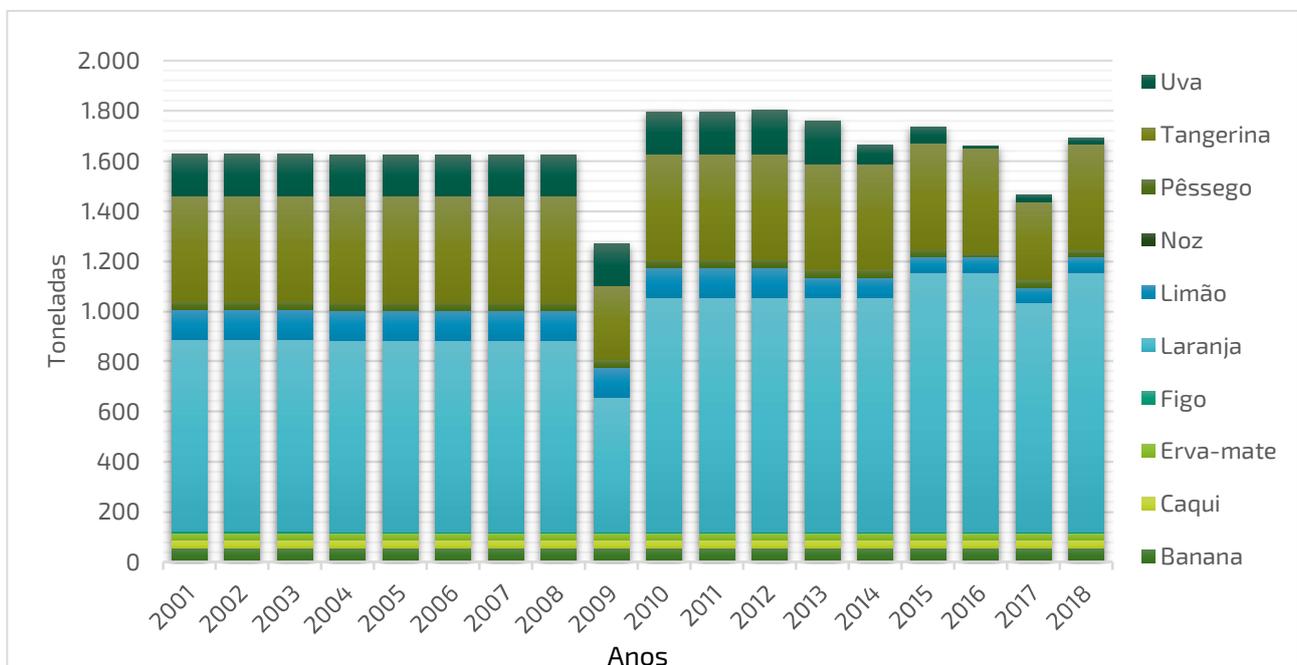
A terceira cultura mais relevante é a banana, que teve a área colhida reduzida de 14 hectares 1990 e 1991 para 8 hectares no restante do período, com exceção de 2012 quando esta cultura mostrou uma leve recuperação (12 hectares), retornando ao patamar de 8 hectares até 2018.

Entretanto, observa-se que o município conta com cultura de uva, que em 1990 era destinado 12 hectares para este cultivo, chegando a atingir 35 hectares em 1998, reduzindo para 33 hectares entre 1999 e 2014. Nos próximos anos, a cultura veio decrescendo ainda mais, permanecendo entre 2015 e 2018 com 10 hectares.

Também se torna importante salientar que no município foram reduzidas as áreas para outras culturas de lavoura permanente, como por exemplo a erva mate que em 1990 contava com 5 hectares e em 2018 com somente 3 hectares, assim como no caso do caqui, no qual era destinado 3 hectares em 1990 e em 2018 2 hectares e a Noz que teve uma redução de 100% na área plantada (de 8 hectares em 1990 para 4 hectares em 2018). Por fim, o município conta ainda com o cultivo do limão, o qual permanece em uma área cultivada, variando entre 3 e 4 hectares. Estes indicadores reforçam que a lavoura permanente não é bem explorada pelo município.

A Figura 11 também permite observar a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente entre 2001 e 2018.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018



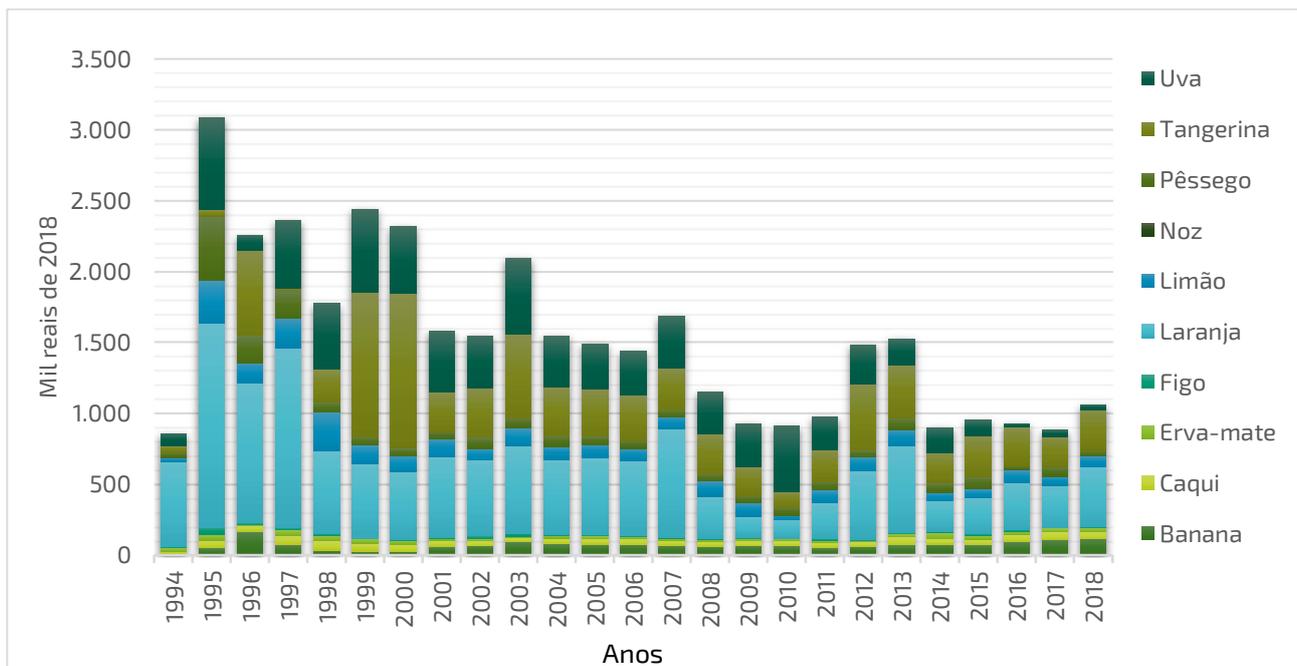
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste contexto, destaca-se que as maiores quantidades produzidas da lavoura permanente no ano de 2018 estão: laranja (1,037 toneladas), tangerina (423 toneladas),

limão (60 toneladas), banana (58 toneladas), erva-mate (30 toneladas), caqui (28 toneladas), pêssigo (27 toneladas) e uva (23 toneladas).

Na Figura 12 apresenta-se o valor da produção da lavoura permanente. No caso da laranja, observou-se que o valor da produção alcançou cerca de R\$ 425 mil em 2018.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

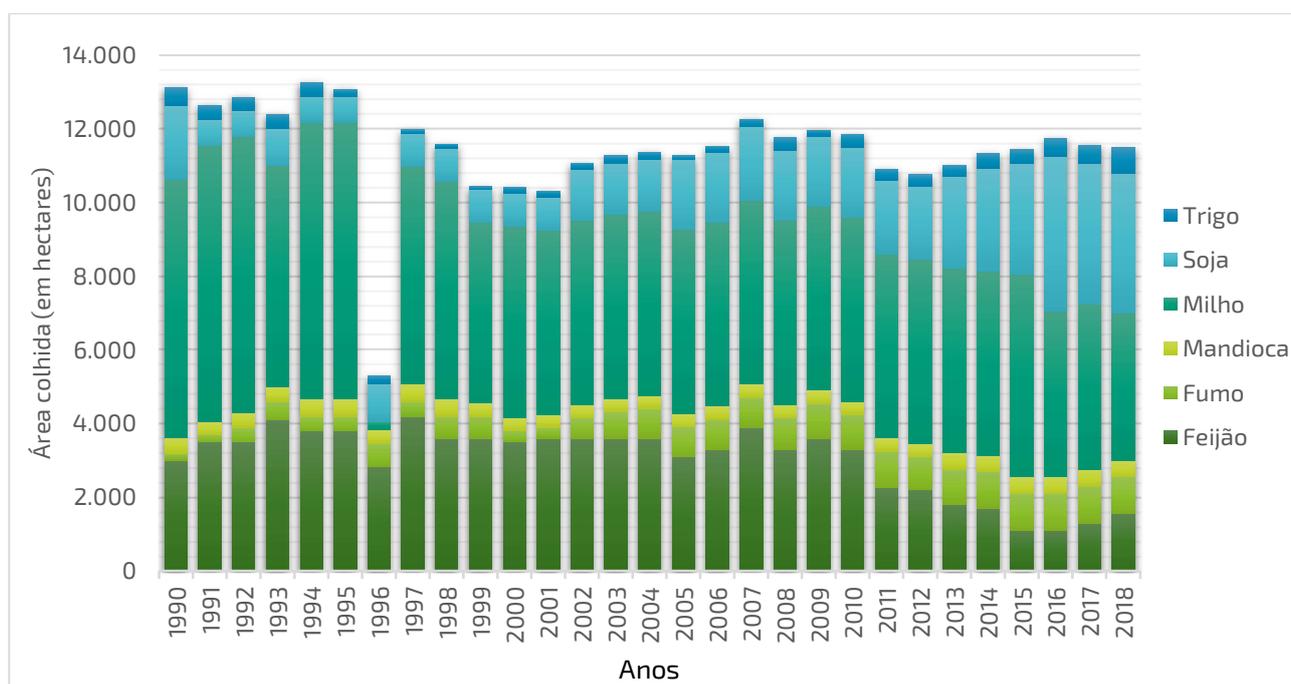


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que o milho e a soja se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas.

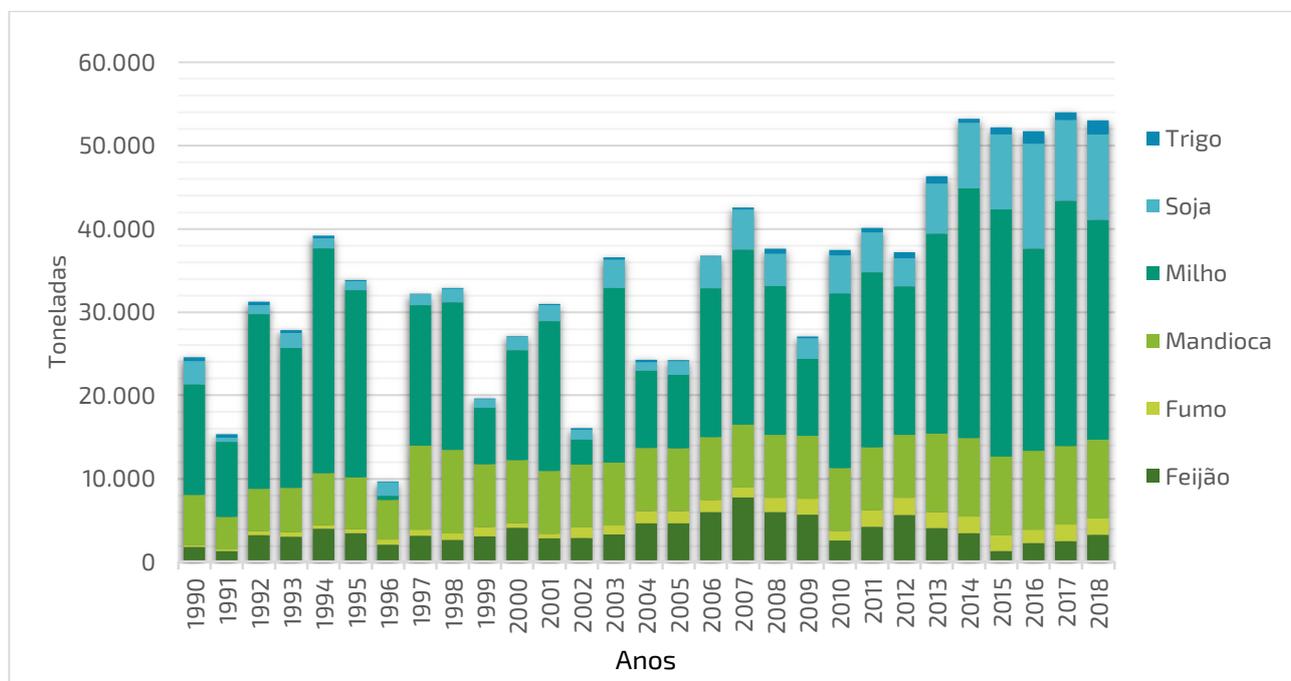
É perceptível a tendência de aumento das áreas plantadas da soja que em 1990 contava com 2.000 hectares e alcançaram 3.800 hectares em 2018, o que representou um aumento de 90%. Por outro lado, a área plantada de milho reduziu de 7.000 hectares para 4.000 hectares entre 1990 e 2018, -43%.

A área plantada de feijão foi reduzida em 48% no período analisado. As áreas de plantio de fumo, trigo e mandioca, ao contrário das culturas do feijão e do milho, aumentaram, conforme se pode observar na Figura 13.

Figura 13. Área colhida de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 14 apresenta a quantidade produzida das culturas de lavoura temporária.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018

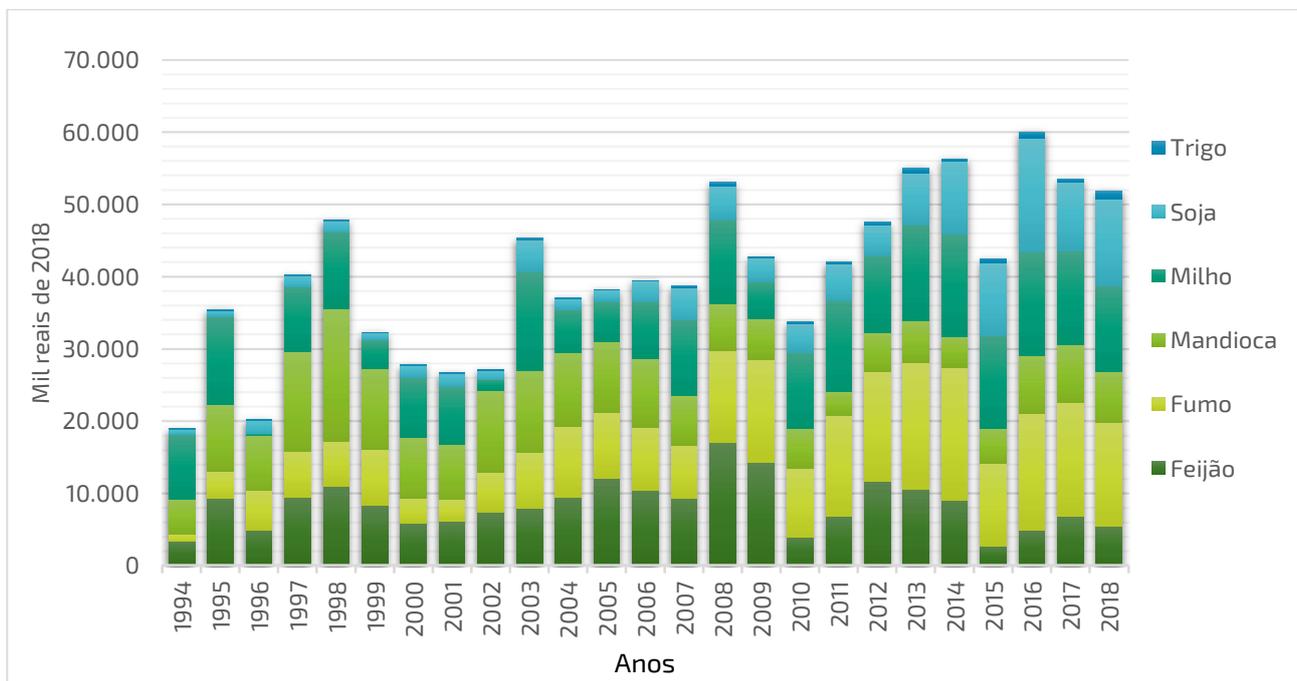
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Destaca-se que em 2018 as principais produções registradas foram de milho (26,4 mil toneladas), soja (10,26 mil toneladas), mandioca (9,45 mil toneladas), feijão (3,16 mil toneladas), fumo (1,96 mil toneladas) e trigo (1,69 mil toneladas).

Feijão, milho, fumo, soja e trigo, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 em 1,7 t/ha para 3,2 t/ha; 13,3 para 26,4 t/ha; 190 Kg para 1,96 t/ha; 2,8t/ha para 10,2 t/ha e 450 kg para 1,69 t/ha respectivamente. A produtividade de mandioca também aumentou ao longo do período analisado, partindo de 6 t/ha em 1990 para 9,4 t/ha em 2018.

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor da produção da lavoura temporária em 1994 foi de R\$ 18,8 milhões, chegou ao patamar de R\$ 60 milhões em 2016, mas reduziu para R\$ 51,8 milhões no ano de 2018. Neste último período, a produção de fumo, soja e milho foram os principais responsáveis maior parcela no valor da produção (74% do total do valor da produção), o que representa cerca de R\$ 38 milhões.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



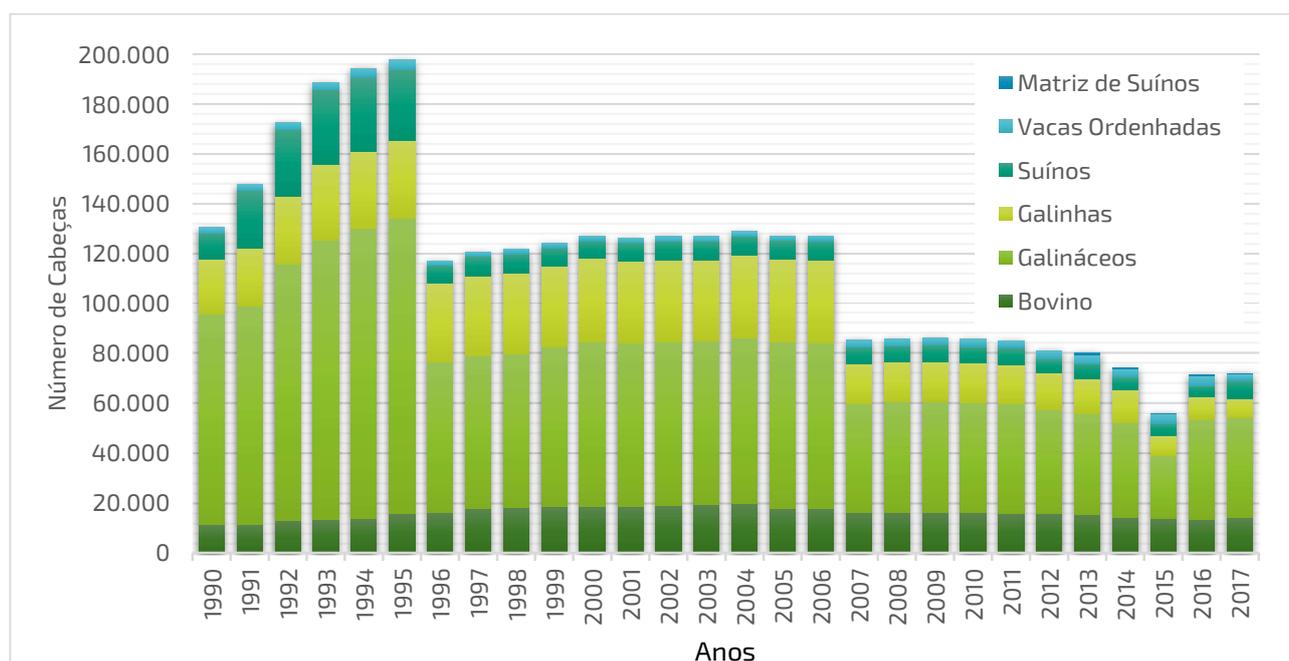
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Em 2018, a cultura do fumo foi a que alcançou o maior valor comercializado, R\$ 14,3 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi a soja, com R\$ 12 milhões. Em seguida, o milho (R\$ 11,8 milhões), a mandioca (R\$ 7 milhões), o feijão (R\$ 5,3 milhão) e o trigo com R\$ 1 milhão, constituindo assim, o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 16 mostra uma tendência de decréscimo na maioria dos rebanhos entre ao longo do período, com algumas oscilações. Neste sentido, a categoria galináceos⁵ apresentou um decréscimo de 53% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 84,5 mil cabeças para 39,9 mil. Da mesma forma, a categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 64%, passando de 22,1 mil animais no ano de 1990 para 7,9 mil em 2017.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

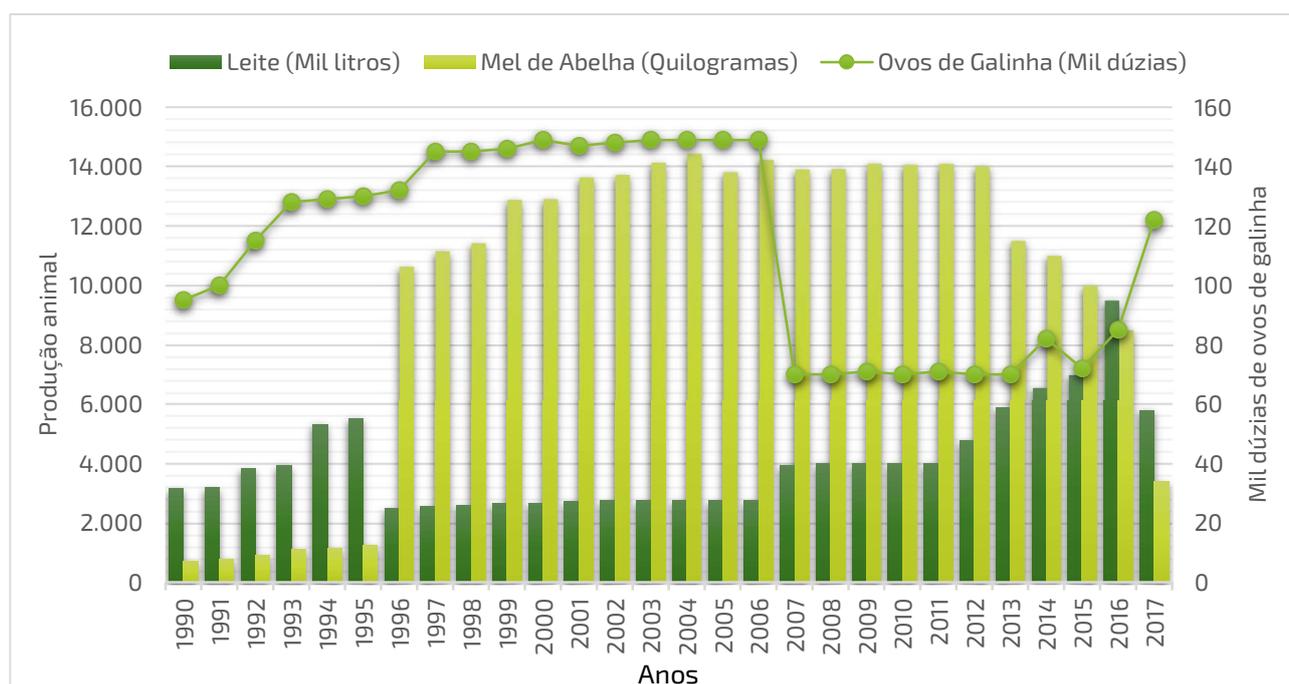
O rebanho de suínos apresentou uma redução de 29% no período analisado, passando de 10,1 mil para 7,2 mil cabeças. Por outro lado, quanto aos bovinos, observou-se um aumento no rebanho, onde em 1990 o município contava com 11,2 mil cabeças e em 2018 com 14,1 mil, auferindo um acréscimo de 25% neste rebanho.

Na Figura 17 apresenta-se a produção de origem animal. Destaca-se a importância da produção de leite, que chegou a 8,5 milhões de litros em 2016, mas encolheu e fechou 2017 com 5,8 milhões de litros.

A produção de mel situou-se em patamar de 720 quilos em 1990, mas alcançou patamares ao redor de 14 mil quilos entre 2003 e 2012, reduzindo para 3,4 mil quilos em 2018.

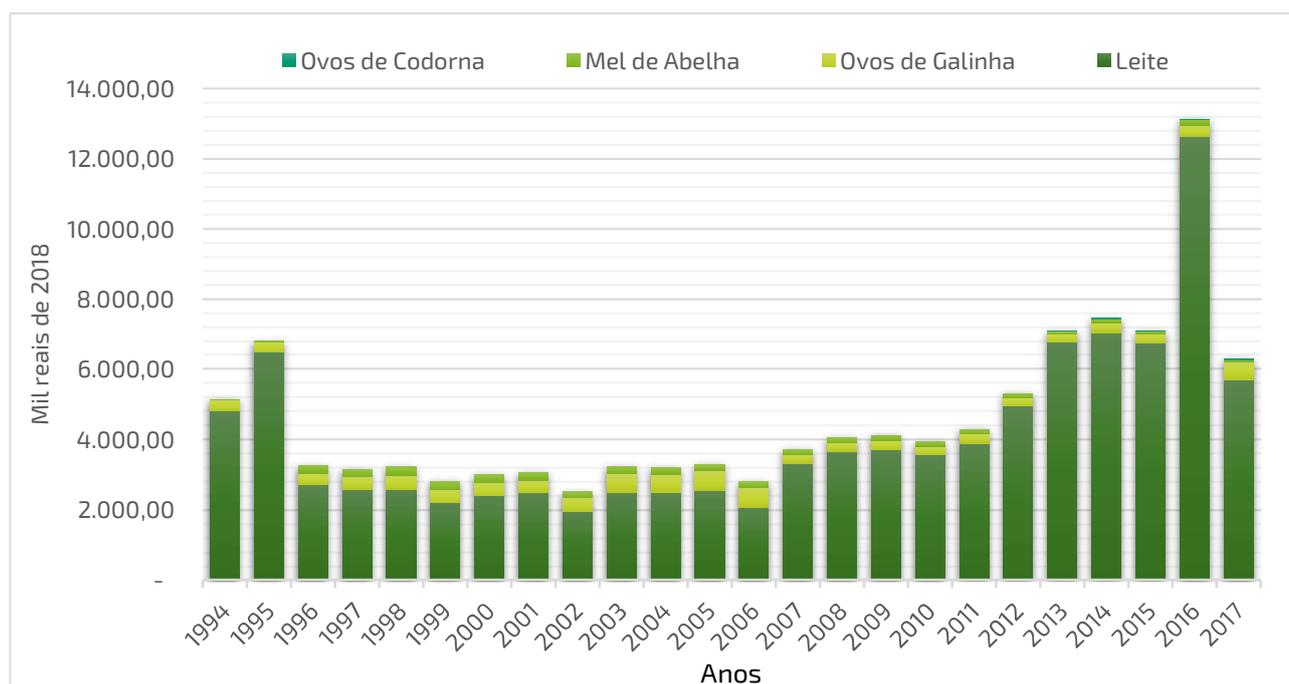
A produção de ovos aumentou no decorrer dos anos, passando de 95 mil dúzias em 1990 para 122 mil dúzias em 2018, conferindo um acréscimo de 28%.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, apesar da redução na produção do leite em 2017, esta é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, chegando ao patamar de R\$ 5,7 milhões em 2017, conforme é possível verificar na Figura 18

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos alcançou R\$ 522 mil em 2017. Da mesma forma, o valor real da produção de mel passou de R\$ 12,9 mil em 1994 para R\$ 56,6 mil em 2017, mas chegou a R\$ 240 mil em 1996. Em termos globais, o valor da produção animal destes produtos selecionados evoluiu de R\$ 5,1 milhões para R\$ 6,28 milhões entre 1994 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

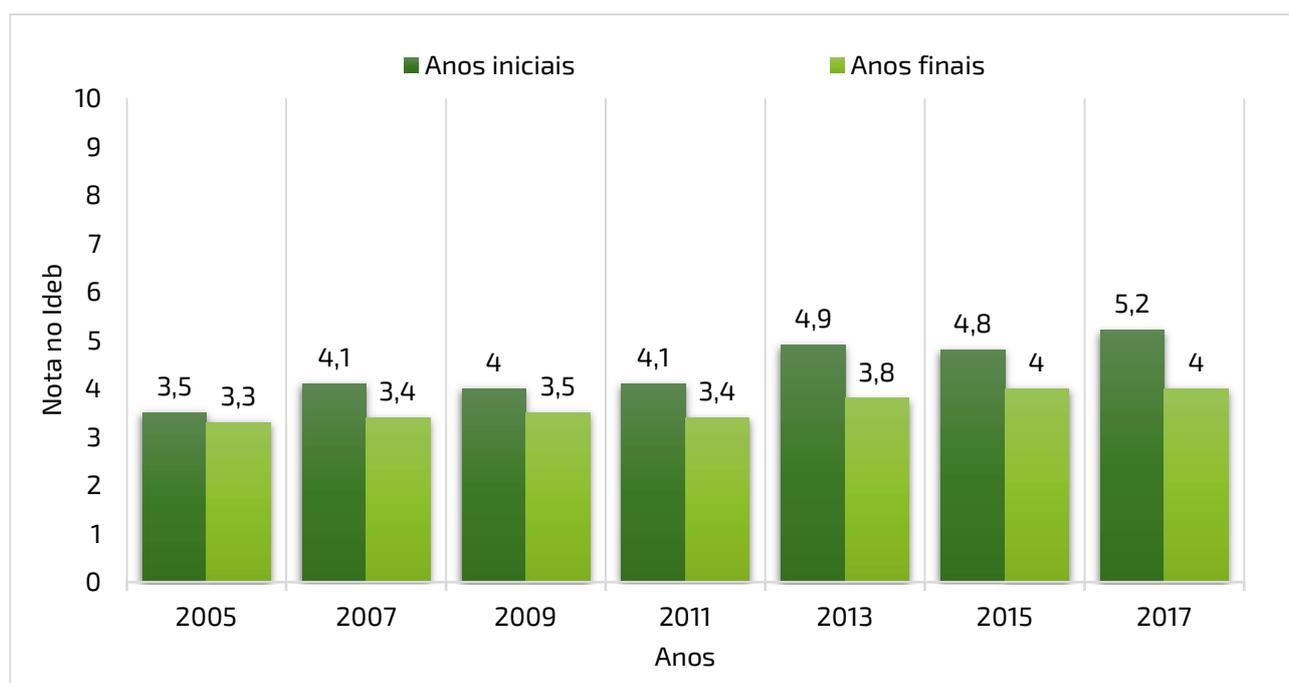
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 96,1 %, representando um bom número, quando comparado com outros

municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 641 matrículas no ensino fundamental e 159 no ensino médio. Em 2018, cerca de 45 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 16 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 5 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2017, momento em que atingiu patamar de 5,2 em nota. Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo, partindo de um índice de 3,3 em 2005 para 4 em 2017.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Vicente Dutra /RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

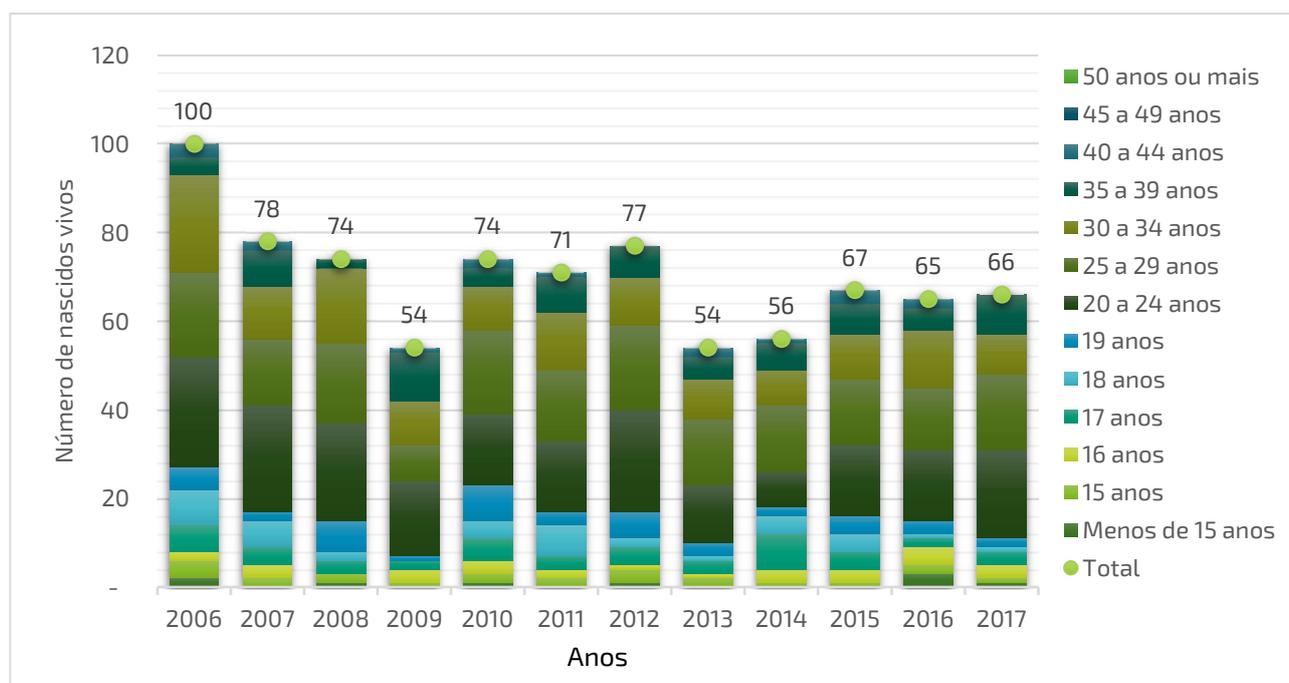
⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de decréscimo no número de nascimentos de crianças, partindo de 93 nascidos vivos em 2006 para 65 em 2017 (Figura 20). Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos.

Em 2017 foram registrados oito partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados dezesseis partos de mães com mais de quarenta anos.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Vicente Dutra /RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 32,2 em 2006, chegando ao patamar mais alto de 52,6 no ano de 2009, decrescendo em 2013 (último registro) a taxa de mortalidade infantil média de 20,0 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições

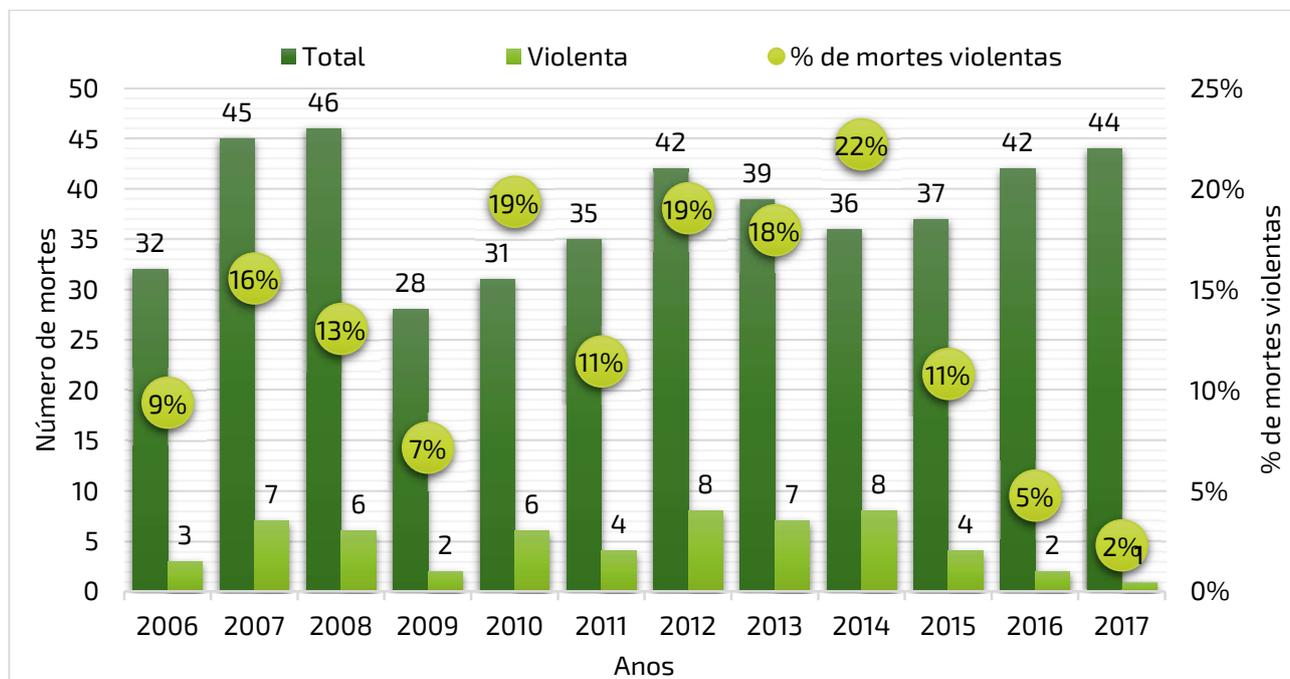
1 de 497 e 199 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 2419 de 5570, respectivamente (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 9% em 2006 para 2% em 2017, sendo este o patamar mais baixo do período compreendido. Em 2014 chegou a alcançar o patamar mais alto (22%). Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 28 mortes, porém 7% destas foram de forma violenta.

O ano de 2014 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 22% de um total de 36, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram abaixo da média, que se aproxima dos 13%. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 457 óbitos, dos quais 58 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Vicente Dutra/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 13% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

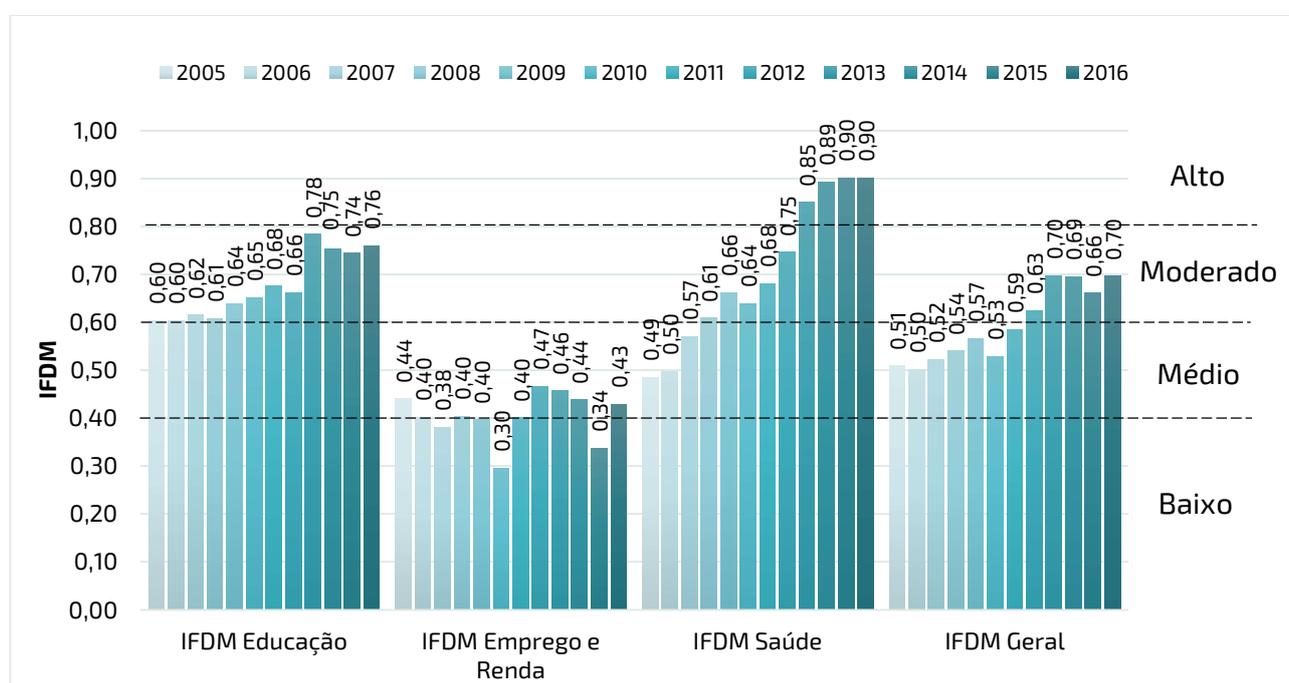
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2005 até 2010, retomando o crescimento de 2011 até 2012, voltando a cair até 2015. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância

das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Vicente Dutra possui "45.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 18.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 264 de 497, 32 de 497 e 265 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2412 de 5570, 247 de 5570 e 1976 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 19.504,30 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 14.898,42mil hectares. Destes, 11,77% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 10,06% como Reserva Legal e 81,52% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	19.504,30	
Número de imóveis rurais	931	
Área total dos imóveis rurais	14.898,42	76,39
Área média:	16,00	
Área mínima/máxima:	0,72 / 375,74	
APP	1.753,21	11,77
APP - Recomposição	63,89	0,43
Reserva Legal	1.499,50	10,06
Vegetação Nativa	2.097,27	14,08
Servidão Administrativa	147,70	0,99
Área Consolidada	12.145,18	81,52

Banhados	0,96	0,01
Número de Nascentes	181	0
Uso Restrito	43,33	0,29
Hidrografia	2.058,91	13,82
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	4.605,88	23,61

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 931 imóveis rurais, 78% mantêm APP, 17% declarou ter olha d'água, 86% tem reserva legal e 94% conta com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	729	1.817	202	78	22
Área Consolidada	895	12.145	36	96	4
Banhado	4	1	927	0	100
Hidrografia	707	1.999	224	76	24
Nascente olho d'água	159	0	772	17	83
Reserva Legal	797	1.500	134	86	14
Servidão Administrativa	812	148	119	87	13
Uso Restrito	17	43	914	2	98
Vegetação Nativa	879	2.097	52	94	6
Área topo de morro	0	0			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – VICENTE DUTRA					
Número Total de I.R.:	931	14.898,42			
Área Total do Município:		19.504,30			
% Área declarada/Área Município:		76,39			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para

pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção** e **produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d) empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, ressalta-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTE DUTRA (RS). Disponível em: <https://www.VicenteDutra.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/3801> Acesso em: nov/2019.

PORTAL DE TURISMO DE VICENTE DUTRA. **Apresentação**. 2019. Disponível em: <https://turismo.VicenteDutra.sc.gov.br/sobre-a-cidade> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.